



## Não perca nesta edição:

### Editorial -1

#### Atualidades

- . Mulheres estão mais presentes nos cargos de decisão das empresas, mas ganham menos - 2
- . As 70 alterações ao Código do Trabalho que vão avançar - 3 e 4

#### Barómetro

- . Portugal é quarta economia que vai crescer menos - 5

#### A saber

- . Candidatura da APM-RedeMut ao Pacto para as Competências aprovada - 6
- . Conferência "Pós-Pandemia, Recuperação e Resiliência do Pilar Social" - 7 e 8
- . Livro "COVID-19 – O Arranque da Economia – O dia depois de amanhã" - 9

#### A nossa Rede

- . APM-RedeMut participou na apresentação de "Visões da Economia Social" - 10

## Editorial

### Espírito mutualista vivo na resposta ao transporte de doentes

A Associação Mutualista da Freguesia do Vilar (AMFV) é uma das mais novas mutualistas, cuja atividade é, em exclusivo, o Transporte de Doentes. A AMFV nasce de um forte sentimento local da necessidade de reforçar a resposta de transporte de doentes no Concelho.

A AMFV é constituída em 8 de agosto de 2005, tendo as primeiras instalações sido cedidas pela Paróquia de Vilar, que serviu de sede durante um ano e meio. Sendo o espaço insuficiente, foi possível obter a cedência de novas instalações até final do ano de 2009 (1º andar da Agência da CCAM Vilar), altura em que mudámos para uma nova sede já com espaço para guarda e lavagem de ambulâncias.

Em 2008, as duas primeiras ambulâncias são adquiridas, através de donativos da população e de apoio da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Este avultado investimento só foi possível dada a existência de sócios beneméritos que emprestaram dinheiro para o pagamento integral das ambulâncias. No final do ano seguinte, é emitido o Alvará do INEM, permitindo assim, iniciar a nossa função, quatro anos após a constituição.

Em 2014, são inauguradas as novas instalações da AMFV, as primeiras próprias e que vêm dar uma dignidade e capacidade de resposta totalmente distinta. O investimento total ascendeu a quase 300 mil euros, só sendo possível através de um contributo fortíssimo da comunidade emigrante no Canadá, pela doação de um terreno e através do programa ProDER.

Em 2018, foi inaugurado um segundo edifício reforçando a capacidade de resposta. Possuímos, neste momento, duas ambulâncias, quatro VDTD e um veículo de transporte cedido pela Fundação Montepio. O quadro de pessoal é de sete funcionários e 30 voluntários, tendo cerca de 400 associados.

A nossa atividade é caracterizada por dificuldades desde o seu início, embora o voluntariado venha colmatar os problemas financeiros. Com a chegada da pandemia, a AMFV foi afetada de forma muito significativa com redução da faturação em cerca de 90% nos 3 meses subsequentes. A situação tem vindo a normalizar, contudo a subida absurda dos combustíveis tem criado uma asfixia total, dado que se continua a trabalhar aos mesmos preços de 2011, com todas as subidas de ordenados e combustíveis que ocorreram desde então.

Contudo, e apesar de todas as dificuldades, continuamos na luta diária, mantendo o espírito mutualista vivo e assegurando na plenitude a resposta aos doentes - serem transportados para as consultas e exames nos hospitais e para os tratamentos de hemodiálise. Para todas as situações em que seja necessária uma ambulância, nós dizemos Presente.

### Saudações Mutualistas, A administração



## Mulheres estão mais presentes nos cargos de decisão das empresas, mas ganham menos

A APM-RedeMut reconhece a importância das questões da igualdade e está ciente do trabalho que ainda há por fazer neste domínio. Por isso, está empenhada na concretização da Estratégia Nacional para a Igualdade que será implementada até 2030.



As mulheres ocupam quase um terço dos cargos dos Conselhos de Administração das empresas cotadas, mas ganham, em média, menos 220 euros/mês do que os homens em Portugal, sendo mais vulneráveis à pobreza e desemprego.

Segundo o perfil da mulher trabalhadora em Portugal divulgado pela Pordata, "a evolução histórica é notória, mas há ainda caminho a percorrer no que respeita à situação laboral das mulheres e mães portuguesas".

Como "sinais de mudança", a base de dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos aponta o facto de as mulheres estarem hoje "mais presentes nos cargos de decisão das empresas", com "quase um terço" (31%) dos cargos dos Conselhos de Administração das cotadas em bolsa em 2021 a serem ocupados por profissionais do sexo feminino.

Este valor faz de Portugal o 11.º país da UE27 (27 países da União Europeia) com maior peso das mulheres nos Conselhos de Administração das empresas, sendo "notória" a evolução neste indicador, já que em 2010 o peso das mulheres era de 5,4% e, em 2009, de 3,7%.

A crescer tem estado também o peso das mulheres empregadoras, sendo atualmente do sexo feminino quase um em cada três empregadores em Portugal, seis vezes mais do que em meados dos anos 70.

No contexto da UE27, nota a Pordata, "Portugal é o quarto país onde o peso das empregadoras é mais elevado". Também na política as mulheres têm vindo a "ganhar terreno", com o peso das mulheres no parlamento nacional a duplicar entre 2003 e 2021. Em 2021, Portugal era o sétimo país da UE27 com maior peso das mulheres na assembleia legislativa (40,9%), sendo que "apenas a Suécia e a Finlândia têm mais de 45%, mas em nenhum país elas estão em maioria".

Os dados disponíveis apontam ainda que a maior escolaridade protege mais as mulheres do que os homens. "Em 2021, a taxa de desemprego das mulheres foi superior à dos homens em todos os níveis de escolaridade, exceto para o ensino superior", nota a Pordata.

De destacar também a diferença salarial entre homens e mulheres -- elas ganham, em geral, menos 220 euros por mês do que eles -- e o facto de esta diferença se acentuar nos níveis mais elevados. Assim, nos quadros superiores as mulheres ganham menos 700 euros do que os homens e, entre os profissionais altamente qualificados, menos 326 euros. Esta disparidade salarial sente-se particularmente no setor das atividades financeiras e dos seguros, onde as mulheres ganham menos 624 euros, seguindo-se o setor da saúde, com uma diferença de mais de 380 euros, e da educação, com 349 euros de diferença.

A Pordata apurou ainda as diferenças da situação das mulheres em Portugal face aos restantes países da União Europeia, tendo verificado que Portugal é o nono país da UE27 com maior peso de mulheres a trabalhar -- cerca de sete em cada 10 --, tendo a presença de mulheres aumentado 14 pontos percentuais desde 1993. "E, se se atender às mulheres mais jovens (entre os 30-34 e os 35-39), Portugal ocupa o primeiro e segundo lugar entre a UE27 com maior peso das mulheres a trabalhar nestas faixas etárias", precisa.

Os dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos referem ainda que "não só a presença [das mulheres] é maior, como trabalham mais, uma vez que o trabalho a tempo parcial ainda é residual". Assim, "Portugal é o oitavo país com menor peso de trabalho a tempo parcial entre as mulheres (9,8%)", quando "na UE27 quase três em cada 10 mulheres [29,4%] trabalham a 'part-time'". No contexto europeu, Portugal destaca-se também como o quinto país com maior proporção de mulheres com contratos temporários.

Da análise estatística resulta ainda a constatação da "maior vulnerabilidade" das mulheres face à pobreza e ao desemprego. Assim, em Portugal, uma em cada cinco mulheres é considerada pobre ou em exclusão social, sendo Portugal o 11.º país onde este valor é mais alto no 'ranking' de 23 países da União Europeia com dados disponíveis.

Verifica-se que "a pobreza também afeta mais as famílias monoparentais -- um quarto destas famílias são pobres -- e, em quase nove em cada 10 famílias monoparentais, o adulto é uma mulher".

As mulheres estão também em maioria enquanto beneficiárias do rendimento social de inserção (52%) e são mais vulneráveis à situação de desemprego: mais de metade dos desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) são mulheres (57%)", estando elas também em maioria enquanto beneficiárias do subsídio de desemprego (56%) e do subsídio social de desemprego (61%).

A análise da Pordata traça ainda um perfil das mães e da mulher trabalhadora em Portugal, concluindo que "há mais bebés de mães que trabalham e que têm o ensino superior" (quatro em cada 10 bebés são de mães com este nível de escolaridade) e que os 2,4 milhões de mulheres trabalhadoras em Portugal representam metade da população empregada.

Das mulheres trabalhadoras, 88% são por conta de outrem, 3% são empregadoras, 8% são trabalhadoras por conta própria isoladas, 10% trabalham a tempo parcial, 82,6% trabalham nos serviços, 15,8% na indústria e 1,6% na agricultura e pescas. Entre as trabalhadoras por conta de outrem, 83% está efetiva e 14% tem contrato a prazo.

## As 70 alterações ao Código do Trabalho que vão avançar

O Governo fechou na semana passada a discussão sobre a chamada "agenda do trabalho digno" sem acordo em concertação social, mas ainda incluiu algumas das propostas dos parceiros sociais.

O diploma que será aprovado em junho em Conselho de Ministros não será, por isso, exatamente igual ao que teve luz verde no outono, ainda antes da crise política. Mas mantém grande parte das medidas.

Estas são algumas das **70 medidas** que constam do documento final apresentadas aos parceiros sociais.



### **PROMOÇÃO DO EMPREGO SUSTENTÁVEL E COMBATE À PRECARIIDADE, EM PARTICULAR NOS JOVENS COMBATER O RECURSO ABUSIVO AO TRABALHO TEMPORÁRIO**

- Tornar mais rigorosas as regras para renovação dos contratos de trabalho temporário, aproximando-as dos contratos a termo, estabelecendo como limite quatro renovações.

### **REFORÇAR A REGULAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS OPERADORES DO SETOR**

- Numa lógica de aumento da responsabilidade dos utilizadores, reforçar os mecanismos de informação administrativa disponível sobre as empresas utilizadoras de trabalhadores temporários, passando a prever a sua disponibilização através do sistema de segurança social e em substituição do atual mecanismo de reporte periódico ao IEFP, I.P., de modo a aumentar a transparência das relações de trabalho e a capacidade inspetiva.

### **REFORÇAR O COMBATE AO FALSO TRABALHO INDEPENDENTE E DESINCENTIVAR O RECURSO EXCESSIVO A ESTA MODALIDADE**

- Alargar aos empresários em nome individual, em que exista dependência económica de uma empresa, a aplicação de uma taxa contributiva para a empresa beneficiária dos serviços, assegurando uma situação equiparada à dos trabalhadores independentes economicamente dependentes.

### **DESINCENTIVAR DE MODO TRANSVERSAL O RECURSO INJUSTIFICADO AO TRABALHO NÃO PERMANENTE**

- Reforçar as regras relativas à sucessão de contratos a termo evitando o recurso abusivo a esta forma de contratação, designadamente impedindo a nova admissão ou afetação de trabalhador através de contrato (a termo, temporário ou prestação de serviços) cuja execução se concretize, no mesmo posto de trabalho, para o mesmo objeto ou na mesma atividade profissional.

- Impedir temporariamente, a contratação de serviços de outsourcing para satisfação de necessidades asseguradas por trabalhadores cujo posto de trabalho tenha sido abrangido por despedimento coletivo e extinção do posto de trabalho, na lógica já aplicada ao trabalho temporário.

### **PREVENIR RISCOS E ABUSOS RELATIVOS AO PERÍODO EXPERIMENTAL APLICÁVEL ÀS PESSOAS À PROCURA DO PRIMEIRO EMPREGO, COM LIMITES E CONDICIONANTES À FIGURA E COM REFORÇO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES**

- Clarificar na lei, no seguimento de decisão recente do Tribunal Constitucional, que o âmbito de aplicação do período experimental alargado para jovens é limitado aos que não tenham tido anteriormente contratos a termo com duração igual ou superior a 90 dias, mesmo que com outro empregador.

### **REFORÇAR O COMBATE AO TRABALHO NÃO DECLARADO**

- Reforçar o quadro sancionatório do trabalho totalmente não declarado, isto é, com ausência de inscrição na Segurança Social, nomeadamente criminalizando o recurso a trabalho nestas condições.

### **REGULAÇÃO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO ASSOCIADAS ÀS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E À ECONOMIA DIGITAL**

- Promover um amplo debate nacional e na concertação social sobre novos modelos de organização do trabalho, que garantam um equilíbrio dos tempos de trabalho melhorando a conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e família.

### **REFORÇO DAS RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

- Aprofundar as garantias de efetividade do exercício dos direitos de ação sindical, nomeadamente clarificando na lei que o direito de afixação e distribuição de informação sindical nas instalações da empresa se estende a espaços virtuais existentes na empresa como é o caso da intranet ou moradas de correio eletrónico.

### **REFORÇO DA PROTEÇÃO AOS JOVENS TRABALHADORES-ESTUDANTES E NO ÂMBITO DOS ESTÁGIOS PROFISSIONAIS**

- Avançar com propostas de simplificação dos contratos de trabalhadores-estudantes.



### **MELHORIA DA CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, PESSOAL E FAMILIAR APERFEIÇOAR O REGIME DE LICENÇAS DE PARENTALIDADE NUM QUADRO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS**

- Reforçar os incentivos à partilha entre homens e mulheres no gozo das licenças parentais, designadamente através da majoração progressiva do valor dos subsídios.

### **PROMOVER A MELHORIA DA GESTÃO DOS TEMPOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DA CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, PESSOAL E FAMILIAR**

- Fazer depender de autorização expressa dos trabalhadores com filhos menores até 6 anos ou filhos com deficiência ou doença crónica independentemente da idade a aplicação de regimes de adaptabilidade de horários de trabalho e bancos de horas sendo que, entre os 3 e os 6 anos, tem que ser demonstrada a impossibilidade de outro progenitor assegurar o acompanhamento da criança;

- Alargar aos trabalhadores e trabalhadoras com filhos menores de 8 anos de idade ou filhos com deficiência ou doença crónica o direito a exercer a atividade em regime de teletrabalho, condicionado a partilha entre homens e mulheres e quando compatível com as funções (medida já contemplada no âmbito da alteração legislativa introduzida pela Lei n.º 83/2021, de 6 de dezembro).

### **REFORÇAR A PROTEÇÃO LABORAL DOS CUIDADORES INFORMAIS**

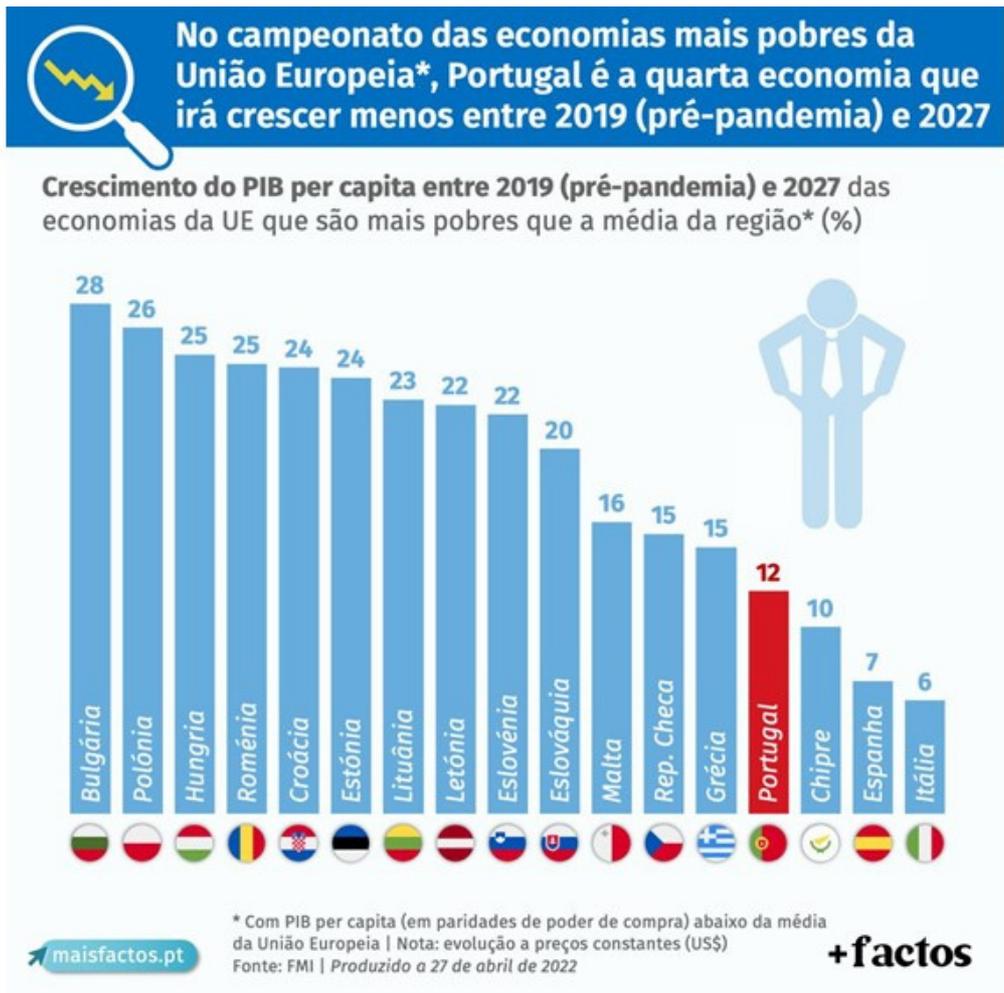
- Alargar o acesso dos regimes de trabalho flexíveis para cuidadores, para poderem ocupar-se da prestação de cuidados, nomeadamente teletrabalho a requerimento do cuidador (já contemplado no âmbito da alteração legislativa introduzida pela Lei n.º 83/2021, de 6 de dezembro), horário flexível e/ou a tempo parcial;

- Introduzir especiais garantias para o cuidador, à semelhança do que existe por exemplo para a parentalidade.

### **PROMOVER A SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA EM MATÉRIAS LABORAIS**

- Reforçar a transição digital na Segurança Social, através de alteração de paradigma no relacionamento com os cidadãos e empresas e otimização do ciclo contributivo.

# Portugal é a quarta economia que vai crescer menos



Segundo as projeções do FMI, entre 2019 (pré-pandemia) e 2027, o PIB per capita português deverá crescer, a preços constantes, cerca de 12%, valor semelhante à média da União Europeia.

No entanto, a média da região é influenciada sobretudo pelas maiores economias (como a alemã e a francesa, por exemplo) que são economias mais desenvolvidas, consolidadas e ricas, pelo que apresentam menor crescimento potencial (a Alemanha irá crescer apenas 8% e a França 6%).

Quando analisamos Portugal com outras economias mais comparáveis, o cenário é bem mais pessimista. Todos os países do leste europeu irão crescer consideravelmente mais do que Portugal.

Entre as 17 economias que estão abaixo da média da UE (todas do sul e leste europeu), Portugal é superado por 13 países, incluindo as sete economias que ultrapassaram Portugal nos últimos 20 anos: Malta, República Checa, Eslovénia, Lituânia e Estónia, Polónia e Hungria. Apenas 3 países desta lista terão um crescimento inferior a Portugal: Itália, Espanha e Chipre.



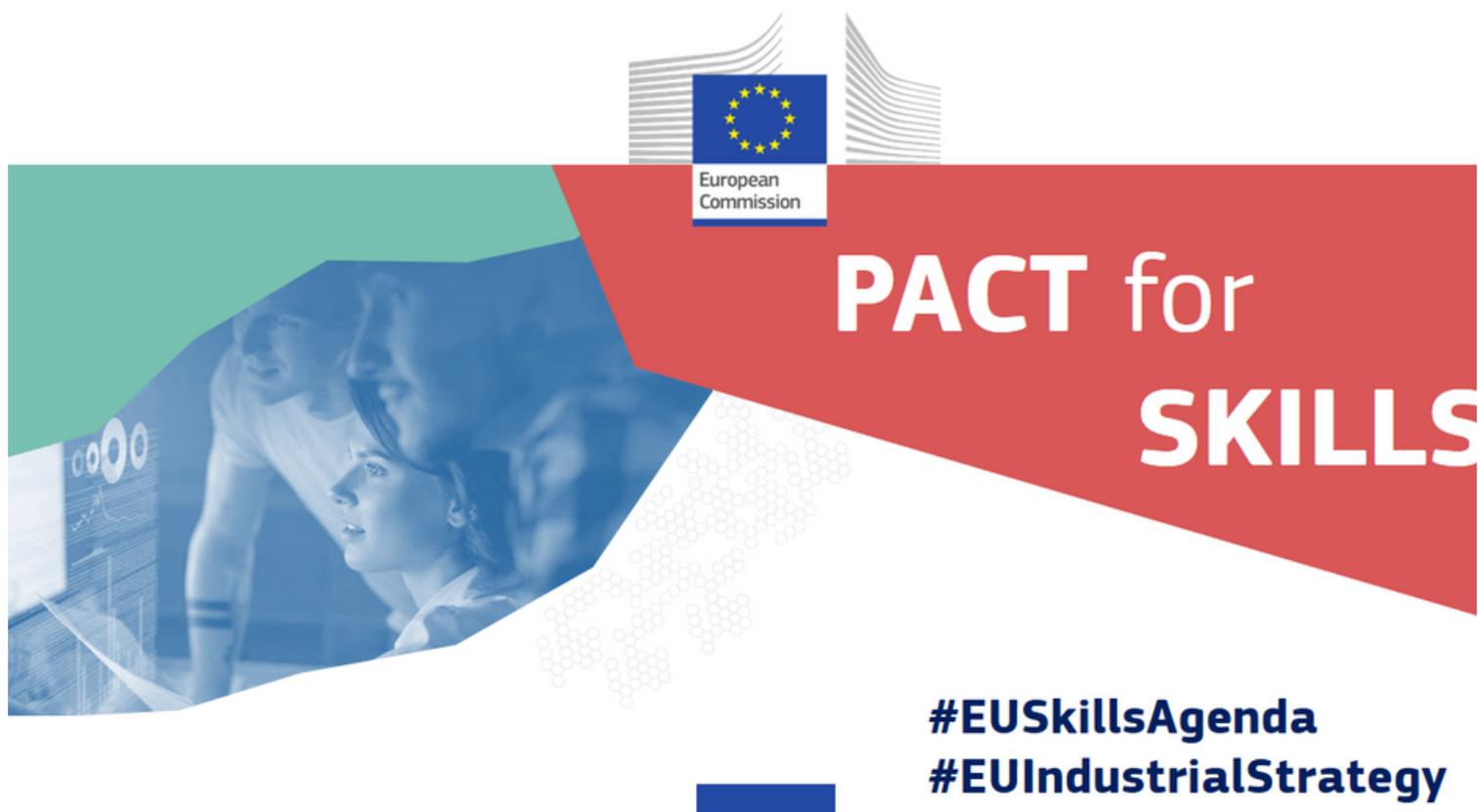
## Candidatura da APM-RedeMut ao Pacto para as Competências aprovada

APM-RedeMut subscreveu o Pacto para as Competências, lançado pela Comissão Europeia, um modelo de envolvimento partilhado para o desenvolvimento de competências na Europa. A sua candidatura foi aceite pela Comissão e publicada no site do Pacto para as Competências. Com esta subscrição, a APM-RedeMut torna-se membro da comunidade que pretende mobilizar esforços concertados para investimento de qualidade nas competências para todas as pessoas em idade de trabalhar na União Europeia.

Para apoiar uma recuperação justa e resiliente e cumprir as ambições das transições verdes e digitais e das Estratégias Industriais e PME da UE, a Comissão convidou as organizações públicas e privadas a unirem forças e tomarem medidas concretas para capacitar e requalificar as pessoas na Europa. O Pacto é a primeira das ações emblemáticas da Agenda Europeia de Competências e está firmemente ancorado no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

As empresas individuais ou outras organizações públicas ou privadas, as parcerias regionais ou locais e os ecossistemas industriais ou parcerias intersectoriais podem aderir ao Pacto online em [https://ec.europa.eu/eusurvey/runner/Pact\\_for\\_Skills\\_FORM](https://ec.europa.eu/eusurvey/runner/Pact_for_Skills_FORM). Na adesão ao Pacto todos os candidatos subscrevem a Carta, comprometendo-se a respeitar e defender os seus princípios fundamentais.

Os princípios-chave da Carta são promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida para todos, construir fortes parcerias que impulsionem mais e melhores competências, monitorizar a oferta das competências, lutar contra a discriminação e pela igualdade de género e pela igualdade de oportunidades.



A partir de 2021, através do Pacto para as Competências, a Comissão vai apoiar os signatários através de serviços dedicados:

**Hub de networking**, incluindo apoio na busca de parceiros e primeiras reuniões das parcerias; ligação com ferramentas existentes da UE, por exemplo, Europass, Skills Panorama, EURES e Rede Europeia de Serviços Públicos de Emprego; promoção das atividades dos membros do Pacto.

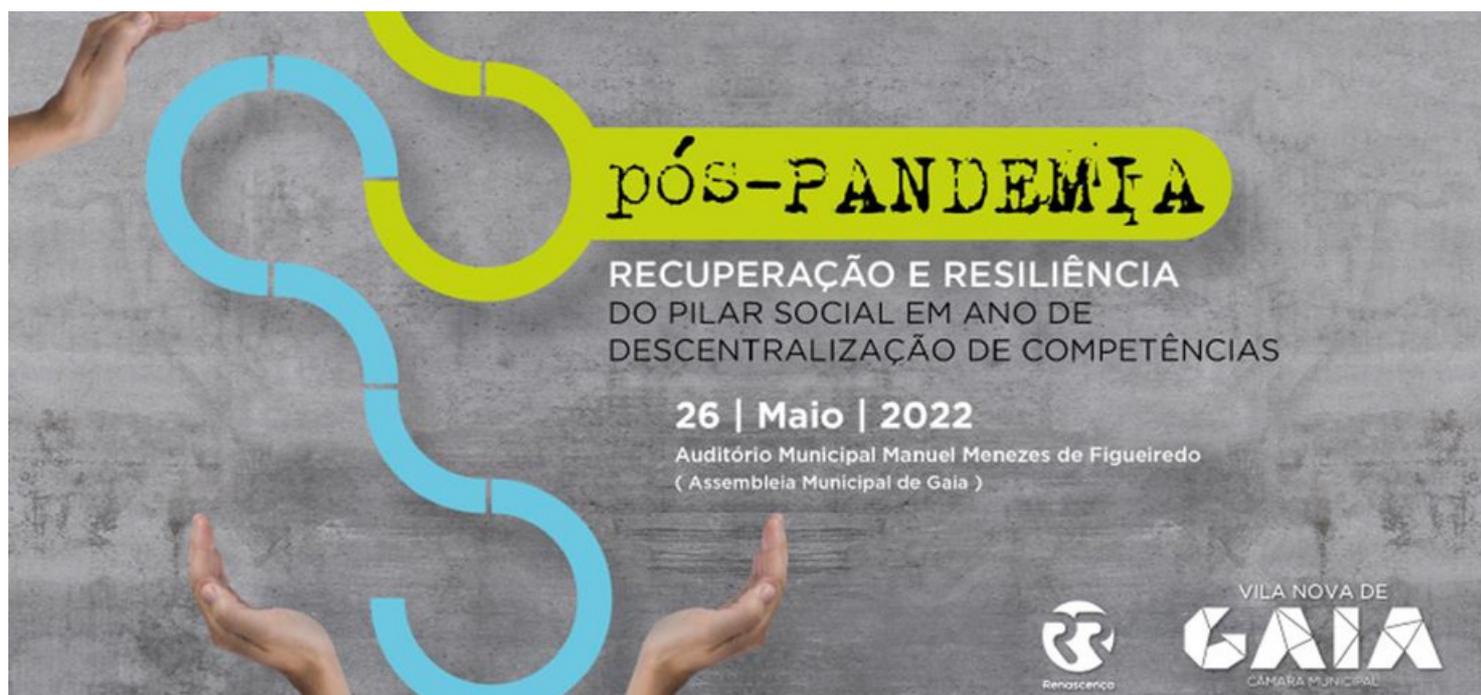
**Centro de conhecimento**, incluindo: webinars, seminários, atividades de aprendizagem entre pares; atualizações sobre as políticas e instrumentos da UE; informações sobre projetos, instrumentos de ferramentas e melhores práticas

**Centro de orientação e recursos**, incluindo: acesso a informações sobre financiamentos relevantes da UE; orientação para identificar possibilidades financeiras; facilitação do intercâmbio entre os membros do Pacto e as autoridades nacionais/regionais.

O financiamento da UE, em especial o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e os instrumentos de financiamento relevantes ao abrigo do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, podem apoiar o Pacto e devem ser plenamente utilizados.

## Conferência “Pós-Pandemia, Recuperação e Resiliência do Pilar Social”

Um ano após a Conferência “Pandemia: Respostas à Crise”, a Rádio Renascença e a Câmara Municipal de Gaia voltaram a associar-se para debater a recuperação e resiliência do pilar social.



Realizou-se na passada quinta-feira, entre as 9h e as 13h, a Conferência “Pandemia, Recuperação e Resiliência do Pilar Social”. Personalidades do setor social e autarcas de vários pontos do país reuniram-se no Auditório da Assembleia Municipal de Gaia, para debater medidas e respostas eficazes aos maiores desafios sociais Pós-Pandemia.

Depois do discurso de abertura, entrou por videochamada a Sra. ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, que anunciou a reativação da Medida Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS). O objetivo é dar resposta aos constrangimentos que a pandemia da Covid-19 criou nas instituições, nomeadamente na falta de recursos humanos por infeção ou isolamento.

Na opinião de Ana Mendes Godinho, a pandemia também mostrou que os governos têm de se reinventar nas suas medidas. No caso concreto de Portugal, obrigou a acelerar o investimento social de recuperação, "um motor crucial" para fazer frente às consequências da Covid-19 e aos problemas estruturais do país. "O setor social esteve na linha da frente a mobilizar-se, a apresentar projetos novos e a criar novas respostas; conseguir cada vez mais respostas de proximidade e recuperação. Temos de ter cada vez mais propostas personalizadas, que respondam aos problemas de cada um. Dar a quem está no terreno capacidade de resposta customizada. Simplificar para garantir a inclusão e sermos capazes de ser transformadores na vida das pessoas. Conseguir atacar na raiz as necessidades", defendeu. A ministra espera ajudar a construir um país em que o crescimento se faça através da inclusão e da distribuição da riqueza. "Ninguém se salva sozinho e todos estamos no mesmo barco", concluiu.



Ana Mendes Godinho - Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), Padre Lino Maia, avisou que os resultados negativos das instituições podem fazer com que estas "se desviem da sua missão - proteger os mais desfavorecidos".

"As instituições são de proximidade e multiplicam-se em soluções", defende o responsável, acrescentando que, não obstante, "algumas medidas têm de ser adotadas". O exemplo dado é o Estado começar a compartilhar os custos das instituições de solidariedade em 50%.

O Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, afirmou que os lares portugueses são um caso de sucesso na forma como responderam à pandemia. "Para não transformar Portugal num imenso lar, temos de ter um plano. Temos que por a técnica na velocidade", concluiu.

Ainda no mesmo painel, Rita Valadas, da Cáritas Portuguesa, salientou que, seja qual for a crise, "a rede informal está lá" e "deve ser acarinhada". É o momento de reconhecer e investir na importância da rede informal em momentos de crise e não só, defendeu Rita Valadas. A responsável salientou que a rede informal não existe porque há crise. "Existe e responde à crise", assinalou. "A rede informal é o olhar de quem está próximo, que consegue ver o que está a acontecer com mais facilidade do que quem está longe e a olhar para as coisas na sua globalidade. É o momento do reforço da importância da rede informal", sustentou.

## A saber

Rita Valadas destacou, ainda, a importância da saúde mental, um problema que se evidenciou nos jovens, mas "é transversal a todos os problemas complexos que não conseguimos resolver".

Neste momento, há um movimento europeu de criação da Cáritas Jovem, revelou a responsável, pois "querem ser eles a participar com o seu olhar".

O presidente do Conselho Económico e Social, Francisco de Assis, pretende promover "uma profunda reforma" deste conselho, através de uma alteração à Lei no Parlamento. Defendeu que serão necessárias políticas públicas de natalidade universais, que se apliquem a todas as famílias. Estão a prestar um grande serviço à sociedade e é preciso que tenham um apoio, independente dos seus rendimentos, defendeu. Na sua intervenção, sublinhou a importância de aumentar o salário médio e que, para tal, é necessário "o crescimento da economia". "Não podemos ficar satisfeitos com a situação atual. Temos de encontrar meios para melhorar a produtividade no trabalho. Melhorar a organização no trabalho, apostar na educação, na inovação", apelou.

O presidente da Câmara Municipal de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues, quer uma revisão da Lei do Equilíbrio Orçamental e diz que "não compreende" porque ainda não foi feito.

O autarca apontou que a lei atualmente em vigor, formulada em tempo de Troika, "é impeditiva de arrancarmos o ano letivo em muitos municípios". "A despesa corrente é, por princípio, uma coisa boa.



Francisco Assis - Presidente Conselho Económico e Social

Temos de ultrapassar o velho dilema de considerarmos estas despesas como uma coisa excessiva. Enquanto o legislador entender que as despesas correntes são más, está a meter a foice onde não deve e está a dificultar a descentralização" criticou.

Refletindo sobre o impacto da pandemia nos municípios, o presidente da CM Gaia acredita que o modelo trabalho, gerado para responder à Covid-19, "nunca vai ser desmantelado". "Não precisávamos da pandemia para trabalhar em conjunto e em rede. A lógica de horizontalidade institucional fica para sempre", defende.



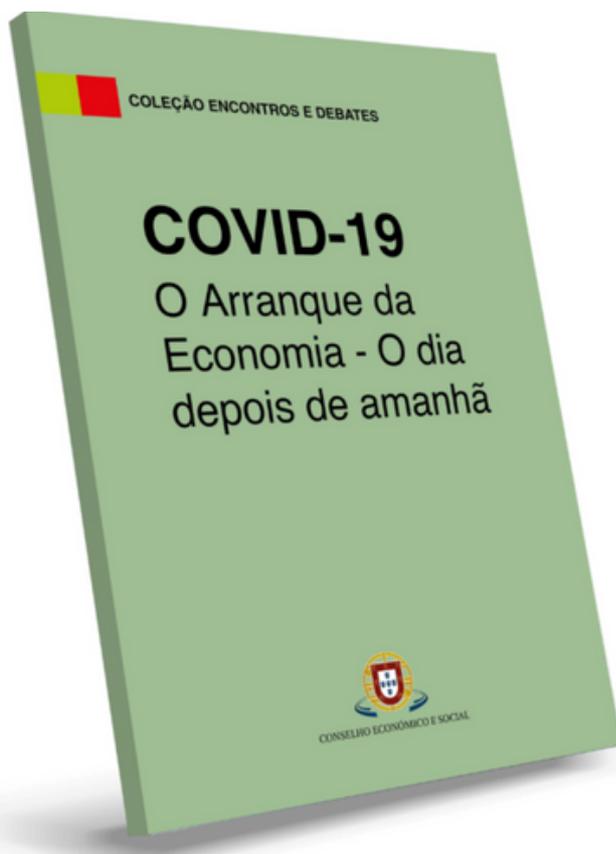
Eduardo Vítor Rodrigues - Presidente Câmara Municipal de Gaia

Na intervenção de encerramento, o presidente da Portugal Inovação Social, Filipe Almeida, defendeu que é "necessário e urgente rejuvenescer o setor da economia social". Destacou que os jovens "vão ser os herdeiros das nossas escolhas e é fundamental incluí-los neste processo". "Nós sabemos que para atrair os jovens, é necessário investir na sua educação para que conheçam a economia social. Temos de lhes mostrar que o setor social é um projeto de carreira e um projeto de vida", apontou.

Filipe Almeida elegeu ainda o combate à pobreza e às desigualdades estruturais como "o maior de todos os desafios", apontando que, para isso, "é necessário criar rotinas de melhoria contínua".

"A inovação social é toda a inovação que se destina a combater desigualdades. É toda a inovação que se destina a fortalecer relações sociais. É toda a inovação que permite que todos nós possamos ter um projeto de vida significativo", salientou.

## Livro “COVID-19 - O Arranque da Economia - O dia depois de amanhã”



Já está disponível em formato digital o livro “COVID-19 – O Arranque da Economia – O dia depois de amanhã”. No cumprimento da sua obrigação constitucional de debater, em pluralismo de opiniões, os grandes temas da vida económica e social do país, o Conselho Económico e Social (CES) criou esta coleção “Encontros e Debates”, com a vista à recolha e disponibilização da informação pertinente.

Reúnem-se aqui as comunicações apresentadas na Conferência “COVID-19 – O Arranque da Economia – O dia depois de amanhã”, que decorreu no “Ciclo de Conferências” via online a 3 de junho de 2020, por iniciativa do CES, com a colaboração dos parceiros sociais e de especialistas.

A conferência debateu as condições económicas de Portugal no pós-pandemia e os desafios a ultrapassar. Debateram-se tendências globais que surgiram ou que aceleraram devido à pandemia e as respostas europeias face às mesmas. Finalmente, foram debatidas medidas para Portugal inserir-se nas tendências aceleradas pela pandemia, através da inovação dos setores.

Autor: Conselho Económico e Social

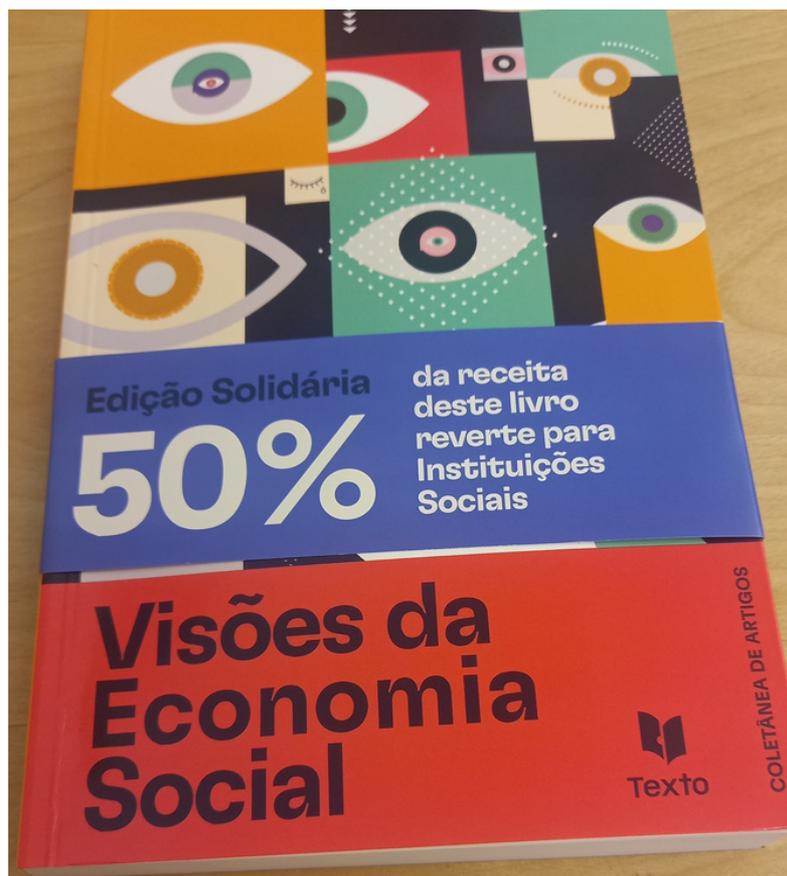
Pode aceder ao livro em formato e-book ou em PDF [aqui](#).



A APM-RedeMut deseja  
um feliz Dia da Criança!



## APM-RedeMut participou na apresentação de “Visões da Economia Social”



Relativamente ao número de organizações, foram 477, entre universidades, cooperativas, misericórdias, centros de investigação, entre outros.



No passado dia 19 de maio, a APM-RedeMut esteve presente na apresentação do livro “Visões da Economia Social”, que decorreu no Polo Zero, no Passeio dos Clérigos, no Porto.

O lançamento contou, entre outros, com os oradores Filipe Almeida (Presidente Portugal Inovação Social), João Machado (Presidente da Fundação Ageas) e Jorge Oliveira (Espaço T – Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária). Dividido em dois painéis, o evento refletiu sobre liderança e sustentabilidade.

Filipe Almeida aproveitou para realçar a importância da estrutura Portugal Inovação Social no apoio a estas instituições. Até ao momento foram aprovados perto de 700 projetos.

Estamos a falar de uma quantia de 150 milhões de euros, entre os quais 50 milhões foram um investimento social, ou seja, um investimento de 843 investidores de todos os sectores e de todas as dimensões.

Destaca-se também a participação de 166 municípios (mais de metade dos municípios portugueses), que estão a cofinanciar projetos sociais.

A participação dos municípios é bastante relevante, pois dá uma garantia adicional e permite que os projetos apoiados estejam alinhados com os problemas reais do território.

As instituições aproveitaram o Portugal Inovação Social, como uma oportunidade de financiamento para conseguirem suportar o sufoco diário, ao qual têm de dar resposta.

Este financiamento permitiu experimentar fazer uma coisa diferente com outras condições. E esta experimentação está a influenciar a forma como estão a ser dadas as respostas tradicionais nas instituições.

O Portugal Inovação Social vai ter continuidade. No próximo quadro comunitário o que se prevê é que o financiamento seja um pouco diferente.

Não será um financiamento que terá como exclusividade os programas ocupacionais regionais, mas sim com as cinco regiões (Norte; Centro; Lisboa; Alentejo e Algarve).

A coordenação política da tutela já está na ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, que também já tutela as CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional).

**Os autores dos 51 artigos que compõem o livro têm em comum o facto de serem dirigentes de Instituições de Solidariedade Social registadas no Diretório Setor 3, uma plataforma digital onde pontuam organizações de excelência nos mais variados domínios da Ação Social.**